

A RECEPÇÃO DAS TEORIAS E DOCTRINAS RACIAIS NO BRASIL

THE RECEPTION OF RACIAL THEORIES AND DOCTRINES IN BRAZIL

Manuel Alves de Sousa Junior¹

Resumo: Este artigo analisa como as teorias e doutrinas raciais foram recepcionadas no Brasil, destacando os seus desdobramentos sociais, políticos e científicos. A pesquisa qualitativa/exploratória demonstra que as ideias de raça, hierarquia racial e degeneracionismo chegaram ao Brasil por meio de elites intelectuais influenciadas pelas teorias europeias do século XIX. Expedições científicas e a atuação de intelectuais colaboraram para difundir o racismo científico, a eugenia e o projeto de branqueamento nacional. Com base na análise histórica e social, o estudo revela como tais ideias fundamentaram políticas públicas e discursos de exclusão, marginalizando populações negras, indígenas, pobres e pessoas com deficiência. O artigo problematiza a adaptação das teorias raciais ao contexto brasileiro, destacando as estratégias do Estado e de intelectuais para justificar desigualdades e promover a homogeneização racial. A compreensão desse processo histórico é essencial para analisar criticamente o racismo estrutural e outros fenômenos sociais no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Raça; Teorias Raciais; Racismo científico; Eugenia; História do Brasil.

Abstract: This article analyzes how racial theories and doctrines were received in Brazil, highlighting their social, political, and scientific developments. The qualitative/exploratory research demonstrates that ideas of race, racial hierarchy, and degenerationism arrived in Brazil through intellectual elites influenced by nineteenth-century European theories. Scientific expeditions and the work of intellectuals contributed to spreading scientific racism, eugenics, and the project of national whitening. Based on historical and social analysis, the study reveals how such ideas supported public policies and exclusionary discourses, marginalizing Black populations, Indigenous peoples, poor populations, and people with disabilities. The article problematizes the adaptation of racial theories to the Brazilian context, highlighting the strategies of the State and intellectuals to justify inequalities and promote racial homogenization. Understanding this historical process is essential for critically analyzing structural racism and other social phenomena in contemporary Brazil.

Keywords: Race; Racial Theories; Scientific Racism; Eugenics; History of Brazil.

INTRODUÇÃO

O conceito de raça não é apenas uma construção biológica, mas sobretudo um instrumento político, social e cultural que foi historicamente mobilizado para justificar desigualdades. A formação da identidade nacional brasileira esteve profundamente associada à noção de mestiçagem, inicialmente desestimulada, mas posteriormente ressignificada como símbolo de integração e progresso.

A trajetória da disseminação das teorias e doutrinas raciais no Brasil evidencia a tentativa de eliminação simbólica e biológica das populações negras, indígenas e miscigenadas, além de pessoas doentes, deficientes e marginalizadas. As teorias da degeneração racial sustentaram políticas públicas

¹ Doutor em educação pela UNISC, historiador, biólogo, especialista em Confluências africanas e afro-brasileiras e as relações étnico-raciais na educação, MBA em história da arte. Professor do IFBA campus Lauro de Freitas, membro do grupo de pesquisa Identidade e diferença na educação. Bolsista CAPES/PROSUC modalidade 2 durante o doutorado. Colunista do Soteroprosa. Orcid: 0000-0001-8059-9962. E-mail: manueljunior@ifba.edu.br.

de higienização, controle populacional e valorização do elemento branco europeu como ideal de civilização.

Ao trazer à tona documentos, autores e políticas do período, esta pesquisa mostra como a ciência foi instrumentalizada para legitimar a opressão, o silenciamento e a marginalização de determinados grupos sociais.

O conceito de raça foi e ainda é um dispositivo de poder que molda relações sociais, políticas e institucionais. Portanto, entender a recepção das teorias raciais no Brasil é um exercício necessário para refletir sobre o presente. O racismo estrutural, por exemplo, que persiste até os dias atuais, tem raízes profundas nas ideias importadas e adaptadas pela elite intelectual brasileira, que transformou a diversidade em problema e a homogeneidade branca em ideal nacional. Nesse sentido, objetivo deste artigo foi analisar como as teorias e doutrinas raciais foram recepcionadas e como ocorreu a disseminação na sociedade brasileira.

Este texto está dividido em três seções. A primeira traz reflexões sobre o conceito de raça no Ocidente; a seguinte aborda como esse conceito se desenvolveu no Brasil; e a última apresenta os resultados e discussões sobre a chegada das teorias e doutrinas raciais ao país, bem como sua relação com a sociedade brasileira.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de estudos sobre eugenia, biopolítica e necropolítica, desenvolvidos ao longo do doutoramento em curso, do autor e da sua participação no grupo de pesquisa “Identidade e Diferença na Educação da Universidade de Santa Cruz” (UNISC). O trabalho foi motivado e buscou responder o problema: Como as teorias e doutrinas raciais foram recepcionadas no Brasil e quais os desdobramentos para a sociedade? Assim, a metodologia escolhida foi qualitativa, visto que não existiu a análise de dados estatísticos/números e exploratória, já que possui a premissa de explorar o tema, de modo a torná-lo mais explícito ou para constituir hipóteses.

A pesquisa também pode ser considerada descritiva, pois identifica as características de determinada população, e explicativa, ao tentar identificar os fatores que interferem na ocorrência de determinados fenômenos (Boaventura, 2004). Para atingir este objetivo metodológico foi realizado um levantamento bibliográfico com autores renomados na área em artigos, livros, entrevistas, teses, dissertações e correlatos, além de documentos históricos que auxiliam na compreensão dos

fenômenos sociais estudados. Todo o trabalho teve como arcabouço teórico a biopolítica proposta por Michel Foucault.

O CONCEITO DE RAÇA NO OCIDENTE

Os principais dicionários da língua portuguesa indicam a discussão do termo raça dividida entre os campos sociológico e biológico. O dicionário *Aurélio* relata a informação que diversos autores propuseram a classificação da humanidade em três grandes raças: branca, negra e amarela, mas também afirma que, como conceito antropológico, sofreu fortes críticas, “pois a diversidade genética da humanidade parece apresentar-se num contínuo, e não com uma distribuição em grupos isoláveis, e as explicações que recorrem à noção de raça não respondem satisfatoriamente às questões colocadas pelas variações culturais” (Ferreira, 2010, p. 1767). Já o dicionário *Houaiss* chama de “arbitrária” a divisão de raças humanas e entra na discussão ao apontar que “etnologicamente, a noção de raça é rejeitada por se considerar a proximidade cultural de maior relevância do que o fator racial” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1602), e complementa que a “coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, [é] refletida principalmente na língua, religião e costumes” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1602).

O termo raça vem do latim *ratio*, que significa categoria ou espécie. Ao ser utilizada, inicialmente, ao referir-se a populações e grupos distintos, a raça propôs hierarquizações apoiadas em supostas linhagens biológicas, suas descendências, castas e características físicas e territoriais (Todorov, 1993). Hofbauer (2006) acrescenta que o termo latino é originado da palavra em árabe *Ra's* que significa cabeça ou chefe do clã. “*Ra's* não apenas indicava a ascendência de um indivíduo, mas também determinava seus papéis sociais” (Hofbauer, 2006, p. 100, grifo do autor). Nos últimos séculos da Idade Média, nobres portugueses e espanhóis passaram a recorrer “ao termo raça (*raza*) para - de forma semelhante ao uso árabe-beduíno - destacar sua origem, sua descendência” (Hofbauer, 2006, p. 100, grifo do autor), ou seja, a origem do termo raça não tem relação com tipos humanos ou características fenotípicas. Ao longo dos séculos, houve uma reconfiguração no sentido do termo.

Nesse período, ser de uma boa raça significava ser de uma boa família não se referindo a um grupo étnico ou racial no sentido moderno do termo. Até o século XVI, o sentido de raça estava restrito ao caso de alguns animais, como cavalos, ou para destacar a linhagem pura de nobres e bispos. No início do século XVII, “o conceito de raça já não se limita apenas à realeza e aos bispos, mas inclui também soldados corajosos, leigos e ‘profissionais legais’. [Ou seja,] a boa descendência não

é mais suficiente para que alguém possa ser considerado ‘de raça’” (Hofbauer, 2006, p. 100). Percebe-se, então, que aos poucos o termo raça vai abrindo sua abrangência a grupos cada vez maiores, saindo dos limites da elite política e religiosa.

A raça é um conceito sociológico, em que pese tenha sido, inicialmente, idealizada pela intelectualidade como um conceito biológico em um contexto em que as diferenças biológicas justificavam as desigualdades sociais. O conceito de raça foi reconfigurado de maneira diferente a depender do contexto histórico, social, nacional e cultural em que foi concebido em diferentes locais, como uma espécie de Estatização do biológico, como cita Foucault (2010). Nos Estados Unidos, por exemplo, até hoje é válida a teoria da gota de sangue (*one drop laws*) que afirma que se a pessoa tiver qualquer ascendente pardo ou preto, ela é considerada negra, independente do fenótipo, como compara o sociólogo Oracy Nogueira (1917-1996), ao afirmar que, no Brasil, existe o preconceito racial de marca, enquanto, nos Estados Unidos, o que vale é o preconceito racial de origem, baseado no princípio de descendência:

enquanto nos Estados Unidos há uma linha de cor a separar os brancos dos não-brancos, no Brasil há uma zona intermediária, fluida, vaga, que flutua, até certo ponto, ao sabor do observador ou das circunstâncias. Enquanto nos Estados Unidos exclui-se da categoria “branco” todo indivíduo que se saiba ter ascendência não-branca, por mais remota e imperceptível que seja, no Brasil mesmo indivíduos com leves porém inofismável traços negróides são incorporados ao grupo branco, principalmente quando portadores de atributos que implicam status médio ou elevado (riqueza, diploma de curso superior e outros) (Nogueira, 1985, p. 06).

Para chegar até as discussões de raça com as teorias raciais do século XIX, é preciso fazer uma digressão que remonta aos séculos XV e XVI, quando as discussões sobre a diversidade humana passaram a ganhar mais importância com as expansões mercantilistas europeias e o tráfico de escravizados. Esse movimento é importante visto que o processo civilizatório e colonizador imposto pelos europeus na América foi realizado a partir de elementos que, posteriormente, foram utilizados para compor o conceito de raça, que se deu pela separação dos povos em raças, hierarquizando-as, tendo a raça branca como a superior e a responsável por levar a civilização e os preceitos cristãos aos demais povos do planeta.

Foucault (2010) refere que, em nome da raça, as guerras são travadas, muitas vezes como guerras não bélicas, como guerras ideológicas ou racialistas. Para Foucault, a partir da raça, o racismo de Estado formou-se como um racismo biologizante e utilizou

toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes no nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça (Foucault, 2020a, p. 162).

Segundo Quijano (2005), a ideia de raça foi inaugurada com a tomada da América e do desenvolvimento do capitalismo a partir de uma espécie de globalização da colonialidade de relações de poder. Para o autor, a raça “talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos” (Quijano, 2005, p. 117). Mbembe (2016, p. 132) faz uma análise da raça no tempo colonial e afirma que foi “nesses casos que a seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram inicialmente testados no mundo colonial”.

Entre os séculos XV e XVII, a percepção racial auxiliou na organização interna das nações, apontando os norteadores políticos e papéis sociais dos indivíduos. Eles foram os primeiros movimentos para o que veio a ser a noção de população entre os séculos XVIII e XIX, demonstrando a indissociabilidade entre população, raça e formação dos Estados-nação. A partir das grandes viagens e encontros entre os Estados nacionais, a questão da raça tornou-se aos poucos um aspecto essencial para a construção da cultura renascentista do Ocidente e dos modos de ver e medir o outro, ambos pautados em marcadores da diferença e do colonialismo.

De acordo com Silva (2015, p. 10), após a formação do conceito de população com a emergência da biopolítica, a raça tornou-se “fator ‘determinante’ na formação do ‘cimento constitutivo’ da ideia de nação, pois oferecia a possibilidade de naturalização do sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional”. Para o autor, o conceito de povo ganhou contornos de raça nacional a partir do princípio “Um Estado, Uma nação”.

O CONCEITO DE RAÇA NO BRASIL

A raça sempre permeou a ideia de identidade nacional, seja com um Brasil branco e indígena na “imagem idealizada do Segundo Reinado; um país branqueado na concepção corrente na virada do XIX para o XX ou, já nos anos 1930, uma nação ‘divinamente mestiça’, nesse contexto em que o cruzamento de raças e culturas virava símbolo de Estado” (Schwarcz, 2007, p. 12). Em outros termos, ao longo de algumas décadas, a mestiçagem foi da monstruosidade à divindade.

O mestiço foi a monstruosidade dos anos 1800. Diante do fato da mestiçagem, só havia o discurso que condenava a mistura racial. Ao redor desse discurso, teorias científicas foram elaboradas para sustentar práticas que prendiam o mestiço em um circuito lógico-causal, que o condenavam ao crime, à loucura e toda série de desvio (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 207).

A questão racial sempre esteve presente na História brasileira, porém, em diversos períodos, foi eficazmente ignorada. Conhecer esse percurso é importante para entender as relações que existem na atualidade e a forma como a raça, mesmo que não nomeada, foi tratada no Brasil ao longo dos séculos.

Sílvio Romero (1851-1914), no final do século XIX, já demonstrava espanto ao fato de não ter ocorrido no país algum conflito de grandes proporções em decorrência da raça, quando admitia ser “admirável que, nestas condições, não tenhamos sofrido até aqui uma *guerras de raças*, além dos pequenos episódios dos *Emboabas, Palmares, Mascates e Balaios*” (Romero, 1888, p. 109, grifo do autor).

Neste sentido, após o entendimento da atmosfera do pensamento europeu do período em que as teorias raciais começaram a tomar corpo e operar na sociedade com o pensamento de purificação da raça e eliminação dos indesejáveis discutido anteriormente nesta tese, este capítulo reflete sobre a chegada das teorias e doutrinas raciais ao Brasil, bem como os desdobramentos e conceitos da raça, miscigenação e Eugenia no país, além da mestiçagem como entrave civilizatório para o progresso nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ideais estimulados pelo racismo científico, superioridade racial e degeneracionismo oriundos dessas novas ciências e teorias chegaram ao Brasil por intermédio de filhos da elite nacional que voltavam de estudos na Europa e por expedições científicas ao longo do século XIX. Desse modo, medidas e políticas foram sendo implementadas por meio da subjetivação da população, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XX, como a Eugenia, a Higiene, o Sanitarismo e o branqueamento da população. Os teóricos da raça no Brasil foram influenciados pelas novidades que chegavam do exterior e, a partir disso, refletiram, problematizaram e publicaram suas análises exaustivamente, influenciando intelectuais e o meio político.

O naturalista Agassiz esteve em expedição científica no Brasil, em 1865, para estudar os peixes amazônicos, a evolução das espécies e a glaciação nos trópicos. Ao deslocar-se pelo país não pôde deixar de observar os tipos humanos presentes e dedicou o apêndice V de seu livro *Viagem ao*

Brasil publicado originalmente em 1869 para abordar as características físicas e mentais dos tipos raciais do povo brasileiro a partir da comparação de negros e indígenas com espécies de macacos:

Como os macacos de braços compridos, os negros são em geral esguios; têm pernas compridas e tronco relativamente curto. Os índios, ao contrário, têm as pernas e os braços curtos e o corpo longo; a sua conformação geral é mais atarracada. Prosseguindo na minha comparação, direi que o porte do negro lembra os *Hilobatas* esguios e inquietos, ao passo que o índio tem algo do orangotânio, lento e pesado (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 486, grifo dos autores).

Agassiz foi um dos intelectuais defensores do racismo científico no século XIX. Ele condenava a miscigenação, acreditava na degeneração ocasionada pelo cruzamento das raças, como

o mestiço de branco com preto, chamado mulato é por demais conhecido para que eu necessite descrevê-lo; tem os traços elegantes e a cor clara; é cheio de confiança em si, porém indolente. O mestiço de índio com negro, que se designa por cafuzo, é muito diferente: seus traços nada têm da delicadeza dos do mulato; a sua cor é carregada, seus cabelos longos, finos e anelados, e o seu caráter apresenta uma feliz combinação do humor afável do negro e da enérgica rusticidade do índio. O mestiço de branco com índio, denominado mameluco no Brasil, é pálido e efeminado, fraco, preguiçoso, embora obstinado (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 488).

Em sua passagem pelo Brasil em missão diplomática francesa entre abril de 1869 e maio de 1870, Gobineau analisou racialmente o Brasil, reforçou a condenação da mestiçagem por produzir indivíduos degenerados, mais fracos e com menos possibilidade reprodutiva, o que condenaria a nação brasileira ao desaparecimento. Ele ressaltava a importância de incrementar sangue branco europeu no Brasil, com isso “a raça revelar-se-ia, a saúde pública melhoraria, o temperamento moral ganharia força e as modificações mais felizes introduzir-se-iam no estado social deste admirável país” (Hofbauer, 2006, p. 129).

Gobineau elogiava as estratégias políticas para impor civilização aos indígenas e romantizava a escravidão negra, destacando o Brasil como o “país que mais bem soube lidar com a questão escrava, no qual os escravos teriam sido geralmente tratados com doçura, sendo obrigados a trabalhar apenas poucas horas por dia e podendo ainda contar com pequenos pedaços de terra para cultivo próprio” (Hofbauer, 2006, p. 128). Ele acreditava que a população brasileira desapareceria entre 200 e 270 anos por causa da limitação reprodutiva ocasionada pela mestiçagem. Sua obra teve grande importância para a inspiração do racismo científico do século XX.

Os teóricos da raça brasileiros como Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909) e Sílvio Romero estavam em plena efervescência de ideias e desdobramentos das teorias e doutrinas raciais que chegavam do exterior em fins do século XIX e início do século XX. A Escola

de Recife², importante centro intelectual a partir de 1870, pensava a raça e trazia para o debate da elite nacional os pontos de vista em busca de um futuro nacional promissor e civilizatório. Como a pureza racial branca parecia intangível, Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero e outros intelectuais tiveram que conceber a miscigenação como um processo presente na base da identidade nacional. Com esse movimento, o negro e o mestiço passaram a fazer parte do movimento literário como partes integrantes da identidade nacional. “A passagem do mestiço, de perigo social para principal elemento da cultura brasileira, é, possivelmente, a principal contribuição de Tobias Barreto, porque possibilitou que o povo brasileiro fosse visto com outros olhos pelos grandes centros culturais” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 250).

As relações raciais no Brasil tiveram suas peculiaridades quando comparadas com a Europa e Estados Unidos. Havia uma nítida possibilidade de ascensão intelectual e política de mestiços no país. Os limites entre as cores eram negociados de acordo com o status e as relações de poder. Os próprios intelectuais reconheciam isso em seus textos, como João Batista de Lacerda no Congresso Universal das Raças em Londres em 1911.

O Darwinismo social³, juntamente com a Antropologia criminal e, posteriormente, a Eugenia chegaram ao Brasil, ganharam adeptos na *Intelligentsia*, adaptaram-se ao modo brasileiro e movimentaram a elite nacional entre os séculos XIX e XX em prol da construção de uma identidade nacional. Era preciso europeizar as cidades brasileiras com “múltiplas etapas da modernização que já vinham sendo implementadas na Europa e América do Norte” (Skidmore, 2012, p. 30). O branqueamento, o Sanitarismo e a Higiene da população complementavam as práticas adotadas pela intelectualidade do país. O eugenia Azevedo Amaral (1881-1942) refletiu sobre isso ao afirmar que “A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização do tipo europeu e para atingir esse objectivo temos necessidade de não agravar, com o accrescimento de elementos ethnicos alheios á raça branca” (Amaral, 1929, p. 336).

O médico e professor Raimundo Nina Rodrigues foi um dos principais defensores do

² Convencionou-se chamar de Escola de Recife um “momento de fervor intelectual que surgiu nas dependências da Faculdade de Direito do Recife, anos antes de 1870. Jorge Amado nos lembra que, em 1868, ano da chegada de Castro Alves à Recife, a faculdade de direito e o Teatro Santa Isabel já se constituíam em centros polarizadores da Cultura pernambucana, nordestina e brasileira” (Sá; Coelho; Mendes, 2022, p. 89).

³ Apesar do Darwinismo social não ter origem na Teoria da Evolução de Darwin, surgiu no momento propício para ser incorporada de tal modo que deu nome à teoria, amparada por toda uma tradição dos estudos sobre a evolução desde o século XVIII alcançando o XIX como um pensamento consolidado e fundamentado no meio intelecto.

Darwinismo social no Brasil e influenciou os médicos que se formavam em faculdades de Medicina no país, inspirado nos textos de Spencer. Nina escreveu diversos livros para divulgar suas crenças sobre a raça, como a obra *Os africanos no Brasil*, em que procurou explicar como os africanos foram incorporados ao país e como essa ligação ocorreu no campo cultural. Para ele, a presença negra era um fator determinante para legitimar a inferioridade do povo brasileiro.

O Evolucionismo social acreditava que a sociedade teria iniciado em um estágio primitivo e gradualmente foi passando por estágios de modo que se tornasse mais civilizada. O Evolucionismo comteano, influenciado pelas ideias positivistas, acreditava que a evolução da humanidade estaria atrelada à necessidade de progresso, juntamente com o Evolucionismo social de Spencer, posteriormente, incorporado pelo Darwinismo social, acabaram por reproduzir uma ideologia gerada pela euforia das novas análises evolucionistas com um retrato de uma sociedade capitalista que ampliava a técnica e a ciência no mundo produtivo que se apresentava como justificativa à dominação neocolonial. Todas essas teorias foram pensadas antes da divulgação do livro de Darwin e, portanto, sem a influência desses pensamentos. Ao afirmar que o Darwinismo social teve grande influência no Brasil, Skidmore (2012, p. 97) relata que “antes de 1914, praticamente todos os pensadores sociais brasileiros viram-se confrontados com essa teoria”.

A partir do momento em que o negro tornou-se oficialmente livre no Brasil era necessário categorizar os libertos, transformando-os de escravos em negros. Era um período de emergência de uma elite branca intelectual e liberal e do surgimento de um discurso científico e etnológico que buscava instituir uma nova forma de inferioridade, convertendo os negros de máquinas de trabalho em objetos da ciência (Corrêa, 2013). O médico, eugenista e professor Leonídio Ribeiro (1893-1976), em palestra no Rotary Club, publicada pelo *Jornal do Commercio* em 1930, apontava que “uma das maiores conquistas da humanidade seria a de supprimir da superfície da Terra todos os homens incapazes e doentes que na vida das sociedades representam os elementos negativos [dentre eles o negro]” (Ribeiro, 1930, p. 02).

Diante da massa de ex-escravizados e pretos/pardos libertos, os intelectuais precisavam entender a sociedade e as justificativas científicas de diversas ciências, teorias e doutrinas que ajudavam nessa questão. “Os discursos racistas e eugenistas atribuíram uma hereditariedade inferior aos brasileiros de origem africana. Diziam, inclusive, que a debilidade biológica dos negros era bem-vinda, pois, assim, o elemento inferior desapareceria na miscigenação” (Santana; Santos, 2016, p. 37).

No início do século XX, em virtude do grande número de negros recém saídos do sistema escravista, da presença de uma grande parcela de mestiços e indígenas, bem como do clima tropical e da pobreza que se espalhava pelo território nacional, o Brasil emergia aos olhos do mundo como um imenso contingente de homens incapazes e degenerados (Souza, 2012, p. 04).

O racismo de Estado foucaultiano é evidente nesse contexto, visto que o desaparecimento dos degenerados ocorreria em decorrência de uma guerra das raças. Para Foucault (2010), essa guerra ocorre a partir de uma raça, considerada como a única verdadeira e detentora do poder e do padrão da norma contra todos aqueles que estão fora dessa norma ou que podem constituir perigo para o patrimônio biológico da raça superior. Neste sentido, o foco não é apenas “todos os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (Foucault, 2010, p. 52).

Assim, no pensamento intelectual eugenista, não havia espaço para os não-brancos no futuro nacional brasileiro. O que fazer com eles? Uma das saídas foi a mestiçagem, feita pela tentativa de uma espécie de pardização, transformando a população preta e mestiça em branca em algumas gerações, ou seja, era preciso incluir os pretos e mestiços para que eles desaparecessem na população ao longo do tempo a partir do branqueamento.

As teorias raciais traziam a ideia de superioridade do homem branco caucasiano em relação aos demais povos que habitavam os continentes colonizados, como as centenas de etnias e povos africanos. Para muitos defensores de algumas teorias, a humanidade estava dividida hierarquicamente de acordo com o conceito de raça, ideologia que atravessava o progresso de nação pretendido e a Biologia era utilizada para explicar a desigualdade entre as classes sociais.

De um modo geral, as teorias raciais, inicialmente, condenavam a mistura de raças traçando prognósticos pessimistas para o futuro da jovem nação, apontando riscos de degeneração da população. A degeneração racial

trazia consigo estigmas: loucura, epilepsia, alcoolismo, parafrenia (transtorno mental que se caracteriza pelo surgimento de ideias fixas e obsessivas baseadas em fatos falsos ou infundados), e a própria criminalidade. A associação era imediata, pobreza e raça (negra) viravam categorias articuladas a indicar desordem, caos social e perigo (Schwarcz, 2024, p. 235).

No contexto da realidade brasileira, foram feitas adaptações nos pensamentos, preservando a ideia da desigualdade das raças e garantindo a defesa da nação brasileira, ainda que altamente

miscigenada. Entre as personalidades e os intelectuais, existiam aqueles que defendiam a regeneração da população por meio da mestiçagem com o imigrante europeu, como Sílvio Romero e João Batista de Lacerda, ou seja, a solução para a escassez de trabalhadores nas lavouras brasileiras no pós-escravidão seria também uma alternativa para o futuro e progresso da nação frente à possibilidade de branqueamento da população brasileira.

A importação das teorias científicas europeias para a sociedade brasileira, que era diferente racial e geograficamente da Europa, eliminava o problema racial no Brasil e legitimava o pensamento romântico que apontava a mistura de raças e a qualidade do solo como grandes empecilhos para o desenvolvimento e avanço da civilização. Em outras palavras, a raça e o meio eram determinantes para a construção de uma identidade nacional. Para Ortiz (1994, p. 16), “a raça e o meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. A interpretação de toda a História brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos-chave”.

A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia, assim, os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues) (Ortiz, 1994, p. 16).

Em todo esse contexto, o racismo científico também chegou ao Brasil. Ele foi uma prática social alimentada por diversas teorias e doutrinas raciais que tiveram muitos adeptos e defendiam que existia uma hierarquia entre as raças humanas. O seu principal ideal era defender a raça ariana como sendo desenvolvida, superior, inteligente e mais apta para liderar as outras raças, consideradas inferiores. Os adeptos desse racismo consideravam os negros como inferiores e os mestiços como degenerados. “Para eles, os cruzamentos sexuais entre indivíduos de etnias diferentes, além de promíscuos, seriam produtores de elementos incapazes para o progresso da nação” (Santana; Santos, 2016, p. 32).

Foucault, no curso *Em defesa da sociedade*, aborda sobre esse debate racial. Para o filósofo, esse discurso biológico-social surgiu como uma ideia nova que

vai fazer o discurso funcionar de modo muito diferente - de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria

permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça, em uma super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, do seu próprio passado. Em resumo, o avesso e a parte de baixo da raça que aparece nela (Foucault, 2010, p. 51-52).

Foucault (2010) assevera que esse racismo produzido é muito mais do que um racismo simples e tradicional de ódio entre as raças, ele “assegura a função de morte na economia do biopoder”, ou seja, “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (Foucault, 2010, p. 217).

Esse jogo de utilização da raça e da mestiçagem a partir de interesses da classe dominante alimentou o racismo de Estado, que, por meio do biopoder, utilizou (e ainda utiliza) o poder soberano para ativação do racismo no tecido social. Foucault (2010, p. 52) aponta que os perigos biológicos e o aparecimento dessa sub-raça ou contrarraça no meio social fortalecem a “estratégia global dos conservadorismos sociais”, dentre eles, a Eugenia. Um dos grandes motivos que levaram ao desenvolvimento da Eugenia no Brasil

estava na preocupação com o controle da população de ex-escravos que estavam em processo de proletarização. É bastante evidente a inquietação dos intelectuais eugenistas com os fatores identificados pelo eugenismo como disgênicos, ou seja, contrários à formação do povo bonito, forte e saudável (Santana; Santos, 2016, p. 32).

Não existiu uma fórmula única eugênica no Brasil. Essa ciência desenvolveu-se no país como um caldeirão multifacetado com grupos distintos que defendiam suas posições em debates acalorados. Todos concordavam com a necessidade final em ter um país eugenizado, mas o “como fazer”, o “como alcançar esse objetivo” e outras questões intermediárias é que estavam em frequente debate. “Desse modo, acabavam por fazer um uso inusitado das teorias deterministas, assimilando a existência das diferenças e hierarquias raciais e, ao mesmo tempo, adaptando-as com o objetivo de criar um caminho viável a uma nação mestiça nos trópicos” (Souza, 2008, p. 148).

Diversos outros intelectuais brasileiros atuantes ao longo das primeiras décadas do século XX, como, por exemplo, Renato Kehl, Monteiro Lobato (1882-1948), Belisário Penna (1868-1939), Arthur Ramos (1903-1949), Edgar Roquette-Pinto e Oliveira Vianna (1883-1951), trataram de abordar a desejada pureza racial e influenciar a elite e até mesmo o Estado com condutas e ações em prol de uma sociedade branca, higienizada e eugenizada. Assim, discorreram e debateram sobre temas como raça e mestiçagem a partir das teorias raciais que chegavam ao país e das ciências e políticas que se desdobravam delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica sobre a recepção das teorias raciais no Brasil revela como discursos científicos foram mobilizados para sustentar a exclusão e a hierarquização social. A eugenia, o branqueamento e o racismo de Estado não foram episódios isolados, mas parte de um projeto político mais amplo de construção de uma nação moldada a partir de padrões europeus.

O uso do conceito de raça como justificativa para políticas públicas excludentes reforça a necessidade de revisitar criticamente o papel das ciências na legitimação de desigualdades. A mestiçagem, inicialmente vista como ameaça, foi apropriada como solução para o desaparecimento gradual dos considerados "indesejáveis".

A atuação de intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, João Batista de Lacerda e muitos outros evidencia o comprometimento da elite com uma ciência racializada que fundamentava o controle social e biológico. A naturalização da desigualdade teve como consequência direta a marginalização de milhões de brasileiros com base em sua origem racial.

Reconhecer essa história não é apenas um exercício acadêmico, mas uma ferramenta para o enfrentamento das injustiças atuais. As marcas dessas teorias persistem nas estruturas sociais, educacionais, de saúde e nas representações culturais do Brasil.

Assim, este artigo convida à reflexão crítica sobre o papel da ciência, da educação e do Estado na reprodução ou no combate ao racismo, reafirmando a urgência de políticas de reparação, valorização da diversidade e desconstrução das bases históricas do preconceito racial no país.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2000. 516 p. (Coleção: O Brasil visto por estrangeiros).

AMARAL, Antônio José de Azevedo. O problema eugenico da imigração. *In*: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929, v. 1, p. 327-340.

BOAVENTURA, Edvaldo. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013 (1998). 389 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p. Coordenação/ edição de Marina Ferreira e Margarete Anjos.

- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975- 1976)**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 269 p. Tradução de Maria Galvão.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: volume 1 - a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020 (1976). 175 p. (Coleção Biblioteca de Filosofia).
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 453 p.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151, 2016.
- NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133 p.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur. p. 107-130.
- RIBEIRO, Leonídio. Vantagens do exame medico antes do casamento. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 46, p. 02-03, 22 fev. 1930.
- ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1888. 388 p. Digitalizado por Brasiliana Digital/USP.
- SÁ, Bruno Vivas de; COELHO, Maria Thereza Ávila Santos Coelho; MENDES, José Sacchetta Ramos. **O mestiço no projeto de formação da identidade brasileira proposto pela Escola de Recife: diálogos com o romantismo alemão**. Salvador: EdUFBA, 2022. 266 p.
- SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, Eugenia e racismo no brasil do século xx. **Revista de Estudios Sociales**, [S.L.], n. 58, p. 28-38, out. 2016. Universidad de los Andes.
- SCHWARCZ, Lilia. **Imagens da branquitude: a presença da ausência**. São Paulo: Companhia das letras, 2024. 427 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça deu sempre o que falar. *In*: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007 (1972). p. 11-23.
- SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945). **Cadernos IHUideias**, São Leopoldo, v. 13, n. 235, p. 03-30, 2015. UNISINOS.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 393 p.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas do Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. **Revista História em Reflexão**, v. 6, n. 11, p. 01-23, jan./jun. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: Higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.